COMUNICAÇÃO, NOVA ENGENHARIA SOCIAL NOTAS SOBRE A DESREALIZAÇÃO DO TEMPO COMO ESPAÇO DE ALTERIDADE DO CAMPO COMUNICACIONAL

COMMUNICATION: NEW SOCIAL ENGINEERING NOTES ON THE DEREALIZATION OF TIME AS A SPACE OF ALTERITY ON THE COMMUNICATIONAL FIELD

Tiago Quiroga[1]

Resumo: A midiatização como nova dimensão organizativa da comunicação (SODRÉ, 2014), fundada no hibridismo comunicação-informação, não apenas realça os interesses em torno de sua constituição como um campo específico de conhecimento, como parece também inviabilizar qualquer possibilidade de sua compreensão segundo os pressupostos da autonomia dos campos sociais (BOURDIEU, 2004). A questão advém do duplo acontecimento introduzido pela sociedade do

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Membro da linha de pesquisa de Teorias e Tecnologias da Comunicação. E-mail: tiagoquirogaunb@gmail.br

conhecimento (MACHLUP, 2016) que, por um lado, instaura e reconhece, na mencionada dimensão organizativa, um saber decisivo ao funcionamento social, e, por outro – quando a integra aos regimes da informação, em especial aos fluxos da velocidade (VIRILIO, 1997) –, parece lhe retirar qualquer ontologia de maior envergadura. Inicialmente restrita ao fenômeno da comunicação em si, a questão se estende às teorias que, esvaziadas de duração, acabam destituídas de qualquer vigor emancipatório. Atrelada ao fluxo ininterrupto do tempo real, seria a própria imanência do tempo, como espaço de constituição do princípio de autodeterminação humana (RENAUT, 2001), fundamental às ciências sociais, decisivo ao preceito de autonomia dos campos, que parece desparecer. Daí o estudo sobre a desrealização do tempo como espaço de alteridade das ciências da comunicação.

Palavras-chaves: Epistemologia. Tempo. Velocidade.

Abstract: Mediatization as a new organizational dimension of communication, now grounded on communication-information hybridism, highlights the interests behind the constitution of a specific area of knowledge, but hampers any possibility of being understood according to autonomous premises in the social sciences. This issue arose from a double event introduced by the paradox of the information society which, on one side, introduced and recognized, in the abovementioned organizational dimension of communication, decisive grounds for its social functioning and, on another, - when part of information regimes, namely velocity flows –, apparently undermines the possibility of a more comprehensive ontology. Initially restricted to the phenomenon of communication *per se*, it extends into the theories whose have been deprived of any longevity and devoid of any emancipatory vigor. Linked to continuous flow of real-time, the experiencing of the immanence of time, which is the space where the principle of human self-determination is constituted, fundamental for the social sciences and for the autonomy of fields of study, particularly communication, seems to disappear. From this context emerges the studies

of derealization of time as a space of otherness in the communication sciences.

KeyWords: Epistemology; Time; Velocity

1 Introdução

O artigo tem como objetivo apresentar o conjunto de perguntas que vem caracterizando nossa mais recente pesquisa junto ao tema da midiatização social. Procura-se problematizar a importância do fenômeno da midiatização na constituição desta jovem área do conhecimento, a comunicação social. Parte-se do pressuposto de que, embora já tivéssemos elementos históricos, anteriores ao advento da midiatização, que justificassem a reflexão acerca da constituição da episteme comunicacional, apenas a partir da segunda metade do século passado, muito especialmente em coincidência com os embriões do sistema digital, quando a comunicação começa a desenhar sua nova dimensão organizativa (Sodré, 2014), é que, de fato, tal discussão parece ganhar maior visibilidade.[2] O problema, no entanto, é que, o mesmo hibridismo, comunicação-informação, que caracteriza a midiatização hoje (Sodré, 2014), e que renova os interesses em torno desta específica área de conhecimento, é o mesmo que dilui qualquer tentativa de sua compreensão a partir do ideal de autonomia discursiva frente aos chamados fatos do mundo (Bourdieu, 2004a) A questão, inicialmente, advém do duplo acontecimento introduzido pelo paradoxo da sociedade do conhecimento (Machlup, 2016) que, por um lado, instaura

2. Naturalmente, a pergunta pelas ciências da comunicação não advém nem se restringe ao paradigma da comunicação em rede, mas antes aos temas da comunicação de massa em que se destacam temas como da persuasão, recepção, formação da opinião pública, publicidade, etc. Entretanto, em função da amplitude adquirida pelo fenômeno comunicacional com o advento da cibernética, que faz com o mesmo incorpore nova condição histórica através de sua inédita dimensão organizativa (Sodré, 2014), bem como tenha que enfrentar, a nosso ver, problemáticos hibridismos epistemológicos, sugerimos o advento do paradigma digital como ponto de inflexão do debate epistemológico da comunicação em nossa atualidade.

e reconhece, na nova dimensão organizativa da comunicação, um saber decisivo ao funcionamento social, mas, por outro, quando a integra aos regimes da informação (Weiner, 1968), em especial aos fluxos da velocidade (Virilio, 1997), parece por lhe diluir qualquer possibilidade de autonomia discursiva de maior envergadura.

No primeiro caso, diante de sua inédita condição organizativa, a mudança aponta para a intensificação da ideia predominante de comunicação como sinônimo de transmissão (Sodré, 20014). Nesse sentido, radicaliza-se o eclipse em que a *comunicação em si* é sobreposta pela ideia de *coisa a ser comunicada*. (Sodré, 2014), operação em que se dá efetivamente sua primeira e mais significativa transposição à ideia de informação. Sabe-se que tal acontecimento seria expandido pelos estudos da teoria matemática da comunicação que, nas proposições acerca da comunicação como troca de mensagens, assumiria explicitamente a ideia de comunicação como informação (Weaver, 1978). De todo modo, estaria nessa condição em que a comunicação se reduz à condição de sinônimo de transmissão o primeiro importante acontecimento pelo qual ela não apenas passa a integrar os regimes e processualidades informacionais, mas efetivamente adquire natureza que atende aos pressupostos ontológicos da informação. Na realidade, pode-se dizer que, vista a partir de sua dimensão organizativa, em que emerge como atributo essencial às instituições, a comunicação não só radicaliza a condição em que aparece como sinônimo de transmissão, mas efetivamente transforma-se em troca informacional (Lafontaine, 2004, p. 41).

Entretanto, a progressiva integração aos regimes da informação, em que passa a se constituir efetivamente da "combinação do processamento de dados com a eletrônica e as telecomunicações" (Sodré, 2014: 20), não se dá apenas no âmbito do problema da transmissão, mas também e, sobretudo, em torno da questão primordial da velocidade (Virilio, 1997) Como nova ordem de grandeza, o que a informação (Weiner, 1968) parece ter ampliado, em níveis nunca antes imaginados, foi a noção de velocidade como inédita divisa de valor, isto é, uma espécie de nova métrica universal, tão

importante para a política quanto a acumulação material para o capitalismo (Virilio, 1997). Imprescindível ao cenário internacional da globalização, as redes cibernéticas acabam por atribuir à velocidade o feitio de um juízo puro, sem substância, embora investido de materialidade própria, cuja principal característica é a intensificação, na ordem do tempo, das lógicas de desterritorialização, agora em níveis generalizados. Nesse contexto, talvez mais do que o território, o tempo e, em especial, a velocidade dos corpos automotivos se tornam as verdadeiras fontes das mais recentes obsessões da geopolítica internacional (Virilio, 1997). Ora, situa-se precisamente no cenário em que a noção de velocidade adquire a condição de nova universalidade o segundo importante vetor em que a comunicação passa a ser propriamente tragada pelas processualidades informacionais. Atraída pela noção híbrida de veiculação, ela passa a estar colada de tal modo à ideia de informação, que não mais lhe permite qualquer outra qualidade senão aquelas articuladas às materialidades da aceleração do fluxo, da circulação e verificação de dados. Nesse contexto, pois, em que as preocupações políticas deslizam progressivamente de "terra e mar", na direção do movimento veloz dos projéteis, a ideia de comunicação é subsumida à de informação. Em suma, aos vetores da transmissão e da velocidade remete-se o acontecimento que parece diluir qualquer qualidade própria à comunicação, que passa, então, progressivamente, a ser entendida em termos de permuta informacional.

De fato, os desdobramentos do novo hibridismo entre comunicação e informação são variados. Embora apontem, num primeiro momento, para importantes mudanças na natureza do fenômeno da comunicação, seus incrementos avançam também no nível de sua representação, ou seja, na forma de como ele é interpretado na esfera desse saber. Um dos resultados, por exemplo, tem sido as renovadas e recentes defesas em torno da necessidade de uma ontologia comunicacional (Sodré, 2014; Marcondes Filho, 2010). Nesse caso, nos parece, que o desafio de não permanecer limitado às representações dos efeitos como forma de explicação hegemônica da área, ou seja, das respostas teóricas circunscri-

tas aos usos e apropriações dos meios na sociedade, mas, de outra maneira, de se definir "o que é" a comunicação, surge hoje como resposta direta ao excessivo acompanhamento discricionário da tecnologia, que coloca em xeque não apenas os conceitos, mas a própria constituição de alguma ontologia específica à área. Nessa linha de raciocínio, afirma Sodré,

> a pergunta sobre *o que é* [a comunicação] não pode ser relegada ao plano dos resquícios conceitualistas da metafísica grega, pois é o necessário ponto de partida para uma orientação existencial frente à hipertrofia de poder da dita comunicação/informação, assim como para uma linha eventual de ação ético-política, no interior do ordenamento democrático. Não é secundária, portanto, a pergunta sobre o que significa realmente comunicação, ainda mais quando se acompanha Wittgenstein na suposição de que toda interrogação de natureza filosófica diz respeito ao significado das palavras. Além disso, dentro de uma visada epistemológica, a interrogação contribui, ao lado do devido esclarecimento ontológico do fenômeno, para que se cogite de um saber positivo, isto é, de uma ciência específica, ainda que não se destine ao confinamento nos parâmetros objetivistas estabelecidos pela episteme dita normal (Sodré, 2014, p. 14).

2 Teorias da Comunicação e fatos do mundo

Tendo em vista o enquadramento do presente artigo, interessa observar como toda essa movimentação, proveniente do novo hibridismo em torno do fenômeno comunicacional, tem impacto direto nos domínios epistemológicos em geral, em especial, no âmbito das teorias da comunicação que, nesse caso, desempenham papel central na discussão que envolve a autonomia do campo em questão. Entendido como candidato a "espaço relativamente autônomo" (Bourdieu, 2004b, p. 20), o campo da comunicação,

como boa parte daqueles que integram os campos científicos, poderia ser definido como um microcosmo, portador de leis, estruturas e funcionamentos específicos que, ao lhe permitir filtrar e traduzir, a seu modo, as diversas influências do espaço social global (Bourdieu, 2004ª, p. 24), acabaria por lhe garantir também determinado nível de autonomia em relação àquele último. Como boa parte dos campos científicos, a comunicação também encontra-se fundada na centralidade de dois tipos de capital: o primeiro, *capital intelectual*, dito puro, que se refere à competência técnica, ao acúmulo do conhecimento e ao reconhecimento, na forma de prestígio pessoal, junto aos pares; e o segundo, *capital político ou temporal*, que diz respeito aos ofícios administrativos, à ocupação de cargos institucionais em trabalhos e projetos científicos, tais como chefias de departamentos, participação em comissões de avaliação, coordenação de laboratórios, etc. (Bourdieu, 2004b) Embora permeadas de distinções, as duas modalidades de capital são efetivamente aquelas que fundam os campos de um modo geral. A contextualização parece importante porque nos lembra que, mesmo suscetíveis às influências do macrocosmo, os campos são o resultado do acúmulo e da distribuição destes dois tipos específicos de capital que, na realidade, determinam a capacidade de retraduzir ou refratar (Bourdieu, 2004a, p. 22) as influências da atmosfera social, dela se afastando ou até se desvinculando por completo, condição através da qual se justifica a ideia de que será mais autônomo o campo com maior capacidade de produzir interpretações originais dos fatos do mundo. Nesse caso, o contrário também vale, isto é, quanto maiores forem as imposições externas ao campo – por exemplo, quando há exagero na ingerência política das atividades específicas –, menos autônomo ele será, dado que se torna portador de elevados níveis de heteronomia (Bourdieu, 2004a, p. 22).

Em síntese, da capacidade de refratar e retraduzir, a seu modo, as "intromissões" do mundo social, afastando-se e tornando-se independente de suas influências e oscilações, dependeria a autonomia relativa dos campos de conhecimento. Tais capacidades, no limite, dependem do nível de

originalidade das teorias produzidas internamente, isto é, do acúmulo de *capital simbólico* desenvolvido em cada campo (Bourdieu, 2004b). Estas questões nos interessam diretamente, especialmente esta última, porque destaca a importância das teorias como instâncias de conquista de relativa autonomia frentes às injunções do espaço social. Em outras palavras, ainda que o *capital científico político ou institucional* seja imprescindível na compreensão do conceito de campo científico, não estariam propriamente em torno de suas configurações os aspectos que atendem à especificidade e autonomia dos campos de conhecimento. Nesse caso, deveríamos nos ater aos desdobramentos circunscritos ao *capital científico puro* ou *intelectual.* Em seu desenvolvimento repousam os atributos que singularizam o campo científico. A ele remonta "a lógica segundo a qual a ciência engendra seus problemas" (Bourdieu, 1983, p. 116) e que responde pela capacidade de "refratar" e traduzir, de modo específico, as influências do mundo social, garantindo-lhe relativa autonomia.

Se consideramos válidos, então, os pressupostos apresentados por Bourdieu, bem como se aplicados ao caso da comunicação, eles denotam que parte significativa do problema que envolve a autonomia deste campo, decorre da excessiva "aproximação" de suas teorias às lógicas do macrocosmo (Bourdieu, 2004a). Em princípio, a promíscua vizinhança advém da perspectiva histórica em que a comunicação, diferentes de outros campos, nasce e se mantém atrelada aos chamados fatos do mundo, isto é, ela surge e se desenvolve sob a égide de um tipo particular de demanda de conhecimento, oriunda do mercado, que acaba por reproduzir internamente, com bastante facilidade, as marcas do paradigma econômico e tecnológico predominante.

Da mesma forma, o excesso de proximidade encontra-se atrelado à dificuldade do próprio campo se reconhecer como parte de uma área de conhecimento específica, portadora de atributos, crenças e regularidades discursivas regidas historicamente pelo princípio de autonomia dos campos sociais. Tal dificuldade parece torna-se ainda mais sensível quando nos lembramos da comunicação como espaço por excelência de circulação da economia contemporânea.

Falamos da atual paisagem da *sociedade positiva* (Byung-Chul Han, 2014), cuja experiência de tempo, agora fundada na velocidade, responde pela produção de certa uniformização discursiva entre diferentes campos sociais (científicos ou não), em que as injunções do cálculo, da direção e do controle tendem a nos levar ao inferno do igual (Byung-Chul Han, 2014). Sob o atual signo da transparência (Vattimo, 1992; Byung-Chul Han, 2014) atualiza-se uma espécie de nova experiência totalitária que, sob a veloz fluidez do capital, faz com que qualquer negatividade (Byung-Chul Han, 2014) se torne sinônimo de alteridade a ser contornada. Assim, também o próprio lastro da produção do conhecimento oriundo da área não estaria imune ao

> sistema social [que] submete hoje todos os seus processos a uma coação de transparência [e] que visa torná-los operacionais e acelerá-los. (...) A pressão da aceleração acompanha a desarticulação da negatividade. A comunicação atinge sua velocidade máxima onde o igual responde ao igual, quando tem lugar uma *reação em cadeia do igual*. A negatividade do *outro e do estranho*, ou a resistência do *outro*, perturba e atrasa a comunicação lisa do igual. A transparência estabiliza e acelera o sistema através da eliminação do outro ou do estranho. Esta coação sistêmica torna a sociedade da transparência uma sociedade uniformizada (Byung-Chul Han, 2014, p. 12).

Nesse cenário, pois, os novos hibridismos informacionais, que incialmente dizem respeito ao fenômeno da comunicação em si, dado muito especialmente o excesso de proximidade da área aos diferentes contextos da sociedade em rede (Castells, 1999), em especial aos econômicos, acabam por estender seus atributos às teorias da comunicação. Daí a predominância hoje de um certo *corpus* teórico na área que considera cada vez menos o incalculável do pensamento e mais o cálculo dos dados, que se orienta mais pela *performance* desprovida de consequências dos aparelhos do que

pela resistência de um outro atópico sem o qual não se pode pensar (Byung-Chul Han, 2014, p. 54).

Falamos, portanto, que a possibilidade de perda de qualquer que seja a qualidade própria, inicialmente relacionada ao fenômeno da comunicação em si, e que se impõe face os vetores da transmissão e da velocidade como experiências que fazem com que a mesma passe a ser entendida em termos de troca informacional, estende-se também aos seus conceitos. Na conjuntura das teorias, pelo viés da transmissão e da velocidade, a comunicação também é subsumida pelo paradigma informacional, entretanto, por aquilo que talvez lhe seja mais caro. No novo regime de temporalidade, baseado na virtual aceleração do tempo, o fenômeno da comunicação acena aos limites de sua própria representação, na ordem da consciência, a partir de alguma duração possível (SODRÉ, 2014: 76). Ao colarem suas incursões reflexivas aos chamados fatos do mundo (Bourdieu, 2004a), as teorias da comunicação acabam por terem, cada vez mais, subsumidas de suas atividades interpretativas, as experiências de tempo, ou seja, da possibilidade de qualquer duração que lhes permita algum recuo diante da velocidade intermitente de um presente sempre disponível (Byung-Chul Han, 2014). Com isso, elas acabam por terem reduzidas suas competências não apenas de retraduzir, a seu modo, os acontecimentos do macrocosmo, mas também de produzirem qualquer originalidade conceitual que lhes tornem independentes em relação a ele. (Bourdieu, 2004a). Trata-se, portanto, do contexto em que tanto o princípio de autonomia do campo quanto a possibilidade de qualquer que seja a alteridade da área ficam comprometidos porque é o recuo do tempo, como espaço das distâncias e, consequentemente, das alteridades entre os campos sociais, que parece desaparecer. Essa, portanto, nossa problematização central na corrente análise. Com a aceleração do tempo e o advento da cultura da interface (Virilio, 1997) não apenas as distâncias parecem encolher, mas as próprias diferenças presentes nas distintas traduções dos fatos do mundo, que a rigor atendem a princípios internos bastante específicos a cada campo social, parecem perder sua densidade.

Pensando especialmente a área de comunicação, posto que boa parte de suas incursões teóricas resultam frequentemente da subsunção das lógicas de duração às da velocidade (Virilio, 1997), pode-se dizer que tais reflexões não só se encerram num tipo de descrição tecnológica que tem como consequência o efeito deformativo da teoria, (Byung-Chul Han, 2014, p. 56) – mais do que dar forma, isto é, "*clarificar* o mundo antes de o explicar (...) a quantidade de informação aumenta maciçamente a entropia (...) e também o nível de ruído" (Byung-Chul Han, 2014, p. 56) –, mas, sobretudo, elas apontam efetivamente à desrealização do tempo (Sodré, 2014, p. 76) como espaço de alteridade do campo da comunicação. Essa proposição desdobra-se diretamente da comparação que Sodré realiza entre as chamadas ciências sociais clássicas, que preservam um tempo de recuo fundamental à constituição de seus conceitos, e a comunicação, que tem como objeto a midiatização generalizada, em que instituições e práticas culturais misturam-se, de modo irreversível, aos suportes digitais, permanecendo, portanto, cada vez mais, marcadas pela temporalidade do chamado tempo real.

> Com a tecnologia eletrônica, tem-se outra experiência espaçotemporal: o tempo se encurta e o espaço se encolhe. Na mídia eletrônica, os acontecimentos estão sempre à frente da possibilidade de que sejam interpretados pelos indivíduos, assim como o derrame social das tecnologias está à frente da sua interpretação pelas formas individuais e coletivas de consciência. O futuro recai tecnologicamente sobre o presente, e este, por meio do tratamento digital das imagens, parece equivaler ao passado. Não há tempo de recuo, nenhuma *espessura* para refletir ou especular. Essa é a realidade com que tem de lidar a comunicação tecnológica enquanto às ciências sociais se reserva um estatuto temporal, o qual é possível para a consciência interpretar e saber (Sodré, 2014, p. 77).

3 Tempo, subjetividade e a questão da autonomia

A compreensão do problema aponta à emergência do sujeito informacional (Lafontaine, 2004), ocasião em que se transpõe a razão para dentro das máquinas que, por analogia, e, na sequência, em função da questão da velocidade, passam a ser supostamente constituídas de subjetividade própria. Construídos inicialmente a parir de um tipo de representação analógica ao cérebro humano, ou seja, um modelo de representação que quis recriar, nas máquinas, um conjunto de operações de linguagem, originariamente pertencentes às filosofias e lógicas matemáticas, os computadores acabaram por incorporar, através do princípio da velocidade da combinação de dados, uma temporalidade própria, que hoje lhe confere um tipo de subjetividade decisiva, embora indiferente e supostamente autônoma aos sujeitos. Na realidade, é esta a perspectiva em que inaugura-se a crença de que as máquinas se tornam, de fato, portadoras de uma ontologia própria, isto é, são constituídas por temporalidades intrínsecas que, nesse caso, tornam-se externas aos sujeitos Como resultado, o tempo passa a estar nas coisas, nos objetos, nas máquinas, isto é, na informação. Sendo assim, recria-se, no limite, a ideia de uma nova existência, agora externa aos sujeitos, bem como dessa exterioridade, passam se ocupar predominantemente os saberes da sociedade do conhecimento. Ora, a questão seria meramente especulativa se não envolvesse as implicações do tempo como agente absoluto de mudança (Koseleck, 2006), bem como todos os seus desdobramentos nas conformações práticas dos saberes modernos, muito especialmente na comunicação. Tal como parte significativa das ciências humanas, ela funda-se numa inteligibilidade compreensiva (Schleiermacher, 2009) sob a perspectiva da formação de uma consciência no tempo, isto é, de uma consciência da historicidade do tempo. Nesse caso, sua particularidade advém das chamadas filosofias da história que, mediante a noção de progresso, não apenas prepararam a entrada do tempo como agente absolu-

to de mudança (Koseleck, 2006), mas, efetivamente, criaram as condições para a instauração do tempo presente (Bloch, 2001) ou para a ideia da atualidade (Foucault, 1984) como espaços fundamentais de inteligibilidade das humanidades. Falamos, portanto, da comunicação como parte daquele conjunto de conhecimentos que se desdobra da máxima de que a partir de então

> o que ocorre aos homens é o que é produzido pelos próprios homens, mesmo que sujeitos às adversidades e às condições naturais. [Ocasião em que] o movimento da história – condenado ao interminável exercício da criação e da liberdade – é agora de alçada e responsabilidade dos próprios seres humanos, ainda que muitos vejam nesse movimento uma lógica, ou mesmo leis que direcionam a ação humana sem que os próprios homens delas se apercebam (Barros, 2011, p. 138).

Como resultado direto de uma subjetividade das máquinas, em que o conhecimento passa a estar atrelado ao fluxo ininterrupto do tempo real (informação), o que se tem é o desaparecimento da imanência do tempo como espaço de constituição do princípio de autodeterminação humana (Renaut, 2001), fundamental às ciências sociais. Resultados da compreensão paradigmática da liberdade humana como poder de escolha, isto é, autonomia como aquilo que "exigia em mim a definição de uma parte da humanidade comum, irredutível à afirmação de minha singularidade única e à qual a minha singularidade se deve submeter" (Renaut, 2001, p. 18), tais áreas do conhecimento, incluída a comunicação, derivam do "homem do humanismo moderno [como] aquele que já não aceita receber as suas normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretende escolhê-las e fundamentá-las ele próprio a partir da sua razão e da sua vontade" (Renaut, 2001, p. 9).[3] Diferentemente de qualquer

3. No âmbito da história da ciência ou da filosofia política é comum deparar-se com a pergunta acerca do advento da autonomia como uma criação efetivamente moderna ou como um desdobramento

autoridade baseada na tradição, são saberes que se desdobram do período que "admite perfeitamente a ideia de uma submissão a uma lei ou a uma norma, desde que elas sejam livremente aceites" (Renaut, 2001, p. 17). Trata-se, enfim, do conjunto de conhecimentos em que o tempo fora a condição de possibilidade das filosofias da vontade, isto é, da experiência de liberdade em que as humanidades surgem e se consolidam ancoradas radicalmente no tempo como princípio de autodeterminação humana (Renaut, 2001, p. 11).

Resultado da complexa operação em que se rompe o embricamento moderno entre interioridade e exterioridade, (Lafontaine, 2004), a proposição de que haveria uma subjetividade que doravante passa a ser externa aos sujeitos torna o fenômeno sensível porque implica a radicalidade de um sujeito virado para fora (Bateson, 1977), onde então o tempo como agente absoluto de mudança (Koseleck, 2006) já não advém da precariedade da existência, mas da existência do acelerado e ininterrupto fluxo do tempo real, característico do regime de virtualidade. A mudança nos parece significativa porque implica a retirada de um princípio emancipatório da ordem do saber que esteve, sobretudo em termos modernos, atrelado à ideia de uma interioridade (Taylor, 1997) dos sujeitos forjadas na imanência do tempo. A nova experiência de temporalidade, agora externa aos homens, responsável pela reinvenção da inteligibilidade moderna, interioridade e exterioridade (Lafontaine, 2004), aponta para o desaparecimento do princípio de autodeterminação humana (Renaut, 2001) baseado no ideal de emancipação (Kant, 1985) o qual, construído sob a égide da experiência de um tempo vinculado à existência, isto é, de um tempo imanente, oriundo da experiência de atualidade, (Foucault, 1984) constitui-se a base

direto da Grécia clássica. Para Renaut (2001: 10), o poder de escolha é efetivamente uma questão moderna: "Em Aristóteles, o direito que os cidadãos possuem (e que define a liberdade deles) de exercer coletivamente uma parte da soberania não se funda de forma alguma no reconhecimento do princípio de autonomia (...); a cidadania aqui é muito mais, para aqueles que a detêm, uma condição natural que se funda na organização finalizada de uma natureza no seio da qual alguns são feitos para mandar e outros para obedecer, alguns para ser escravos, outros para ser cidadãos".

ampla de um conjunto de saberes herdados, especialmente, do século XIX. Em outras palavras, queremos dizer que não só parte significativa das ciências humanas nasce e se constitui efetivamente da possibilidade de que os sujeitos pensem por conta própria (Kant, 1985), fazendo do conhecimento uma forma de decidir, no tempo, sobre seu próprio destino, mas, sobretudo, que parte expressiva de sua singularidade advém justamente do reconhecimento de uma interioridade dos sujeitos, constituída no vigor de um tempo emancipatório, que fez da própria existência um tipo de experiência capaz de atuar em toda e qualquer decisão de futuro. Atrelada à subjetividade das máquinas, a existência perde agora seu vigor como signo de tempo emancipatório, fundamental às ciências humanas, encerrando-se na paisagem do "tempo transparente (...) destituído de todo o destino e de todo acontecimento" (Byung-Chul Han, 2014, p. 11).

De fato, as propagações dessa experiência são variadas. Gostaríamos, pois, de nos ater àquelas que apontam à retirada de princípios emancipatórios da ordem do saber, os quais, em termos modernos, estiveram atrelados à ideia de uma interioridade (Taylor, 1997) dos sujeitos, forjadas na ordem do tempo, sua principal configuração. Nossa hipótese é a de que um dos principais deslocamentos hoje produzidos, de modo muito emblemático no campo da comunicação, por estes operadores epistemológicos, velocidade e transmissão, é aquele que trata justamente de desfazer a composição histórica em que temporalidade e existência (Dilthey, 2010; Carneiro Leão, 2002) constituíram-se instâncias indissociadas de produção conceitual. Daí a desrealização do tempo (Sodré, 2014, p. 76) como espaço de alteridade das ciências da comunicação. Posto que agora predominam teorias oriundas de um sujeito cujo espírito encontra-se voltado para fora (Bateson, 1977, p. 219), ela constitui-se uma derivação direta – às questões da velocidade e da transmissão –, em que se dilui a imanência do tempo como experiência de interioridade que até então respondia por um princípio de autodeterminação humana (Renaut, 2001) que funda o princípio de autonomia dos campos sociais. Ou seja, dado que a comunicação, assim como parte significativa dos campos de conhecimento

que envolvem as humanidades, oriunda do século XIX, tiveram no tempo presente (Bloch, 2001) o espaço de constituição de seus princípios de autonomia, seria propriamente esta singularidade histórica que parece hoje estar sendo colocada em xeque.

4 Conclusão

Aqui, então, os desafios do problema. A partir da nova dimensão organizativa da comunicação (Sodré, 2014), torna-se premente compreender como se dá efetivamente a construção dessa nova subjetividade das máquinas, observando, sobretudo, como acabam se constituindo como um tipo de existência, agora externa aos sujeitos; isto é, perceber, portanto, como se dá efetivamente o aparecimento de uma nova temporalidade que, embora esvaziada de qualquer vigor emancipatório, aponta para um tipo de produção de conhecimento veloz e eficaz que, a rigor, parece prescindir da própria participação humana em sua constituição. O questionamento, a princípio epistemológico *stricto sensu*, torna-se também político, uma vez que reivindica saberes subjetivados na ordem de um tempo prenhe de destino, que apenas aos homens cabe realizar. Tal perspectiva, de alguma maneira, realça nossa insistência no crivo da originalidade como pressuposto de autonomia dos campos, em especial, da própria comunicação (Bourdieu, 2004a). Na realidade, o pressuposto da originalidade destaca a questão da autonomia como manutenção de alguma forma humana na ordem do conhecimento. Isso porque, a ideia de autonomia encontra-se fundada no vigor emancipatório do tempo, em que os saberes resultam, então, do difícil desafio dos homens darem forma à existência.

Principal fundamento das ciências humanas, a autonomia é historicamente o espaço de alteridade epistemológica porque se constitui efetivamente como instância em que o tempo da existência é que produz diferença, característica, a nosso ver, que merece especial atenção em nossa contemporaneidade, marcada pela proliferação generalizada dos discursos velozes e "dessubjetivados" da sociedade da infor-

mação, em que a comunicação desaparece no tempo subsumido da informação, isto é, na permanente tensão da impossibilidade de qualquer duração de tempo. No limite, portanto, problematiza-se a desrealização do tempo, como impossibilidade à constituição de qualquer alteridade à área, porque estaria justamente em torno de sua configuração o espaço de produção de alguma originalidade na tradução dos fatos do mundo (Bourdieu, 2004b). Sem o vigor emancipatório do tempo, nos restaria o simulacro (Baudrillard, 1991), em que já não importa qualquer diferenciação entre original e cópia. Assim, embora soe anacrônico, a expectativa por alguma originalidade no contexto da cultura da reprodutibilidade técnica (Benjamin, 1985) procura chamar atenção para "o cuidado com a humanidade do homem em todas as suas criações" (Sodré, 2014, p. 90), ou seja, ela nos leva ao tema em que a criação dos saberes resulta de um tempo precário, frágil e perecível, ainda não desvinculado da própria existência (Dilthey, 2010; Carneiro Leão, 2002). Em vez de superação, dever-se-ia fazer justamente dessa experiência de precariedade do tempo da existência, o espaço de problematização que envolve a constituição da episteme comunicacional.

Por fim, cabe salientar que embora vinculada originalmente às filosofias da matemática ou da lógica, a questão que envolve uma subjetividade externa aos sujeitos também diz respeito a um amplo conjunto de tradições teóricas, com vasta capilaridade no campo da comunicação. Trata-se, por exemplo, do behaviorismo norte-americano (Watson, 1925; Homans, 1999), como também do estruturalismo francês, sob forte influência de Gregory Bateson (1904-1980), ambos na segunda metade do século XX, como experiências que germinam a produção desse hibridismo entre homem e máquina. Seja via o comportamento adaptativo seja pela ideia de "cultura como partilha da comunicação como código comum" (Lafontaine, 2014, p. 93), tais saberes respondem pela constituição de uma exterioridade do simbólico em que o "inconsciente passa do estatuto de refúgio psíquico pulsional para o de um lugar vazio unicamente destinado às trocas simbólicas" (Lafontaine, 2014, p. 93). Da mesma forma, a cibernética – que instala a problemática central da comunica-

ção como transmissão da informação e, nesse sentido, destaca a importância das teorias da comunicação como forma de compreender que o tema das máquinas virtuais – não é apenas tecnológico, mas epistemológico, ou seja, ele tem, na origem, um problema de linguagem. O que está, de fato, na base do sujeito informacional (Lafontaine, 2004) hoje e atua de modo intenso no refinamento dessa subjetividade externa aos sujeitos, isto é, na transposição da razão humana para as máquinas, não seria exatamente uma questão instrumental, mas um conjunto de representações (Foucault, 1999) de saberes que tem sua grande inspiração na analogia (Weiner, 1968) da "aplicação de raciocínios matemáticos à linguística" (Lafontaine, 2004, p. 90) e, na sequência, às próprias máquinas, sua configuração primordial.

Esses seriam pontos centrais. Como desdobramento dos temas da velocidade e da transmissão – ou seja, do tempo e da representação ou, ainda, de um tipo de representação do tempo que atende agora ao ideal de informação –, trata-se de compreender como se dá efetivamente a "colagem" da comunicação às lógicas da informação e, por meio do estudo das teorias da comunicação, em especial, daquelas que cercam os fundamentos da cibernética, acompanhar a emergência desse sujeito informacional (Lafontaine, 2004) que, no limite, desempenha papel central na desrealização do estatuto do tempo como espaço de constituição de autonomia da área. A partir dos fundamentos que cercam especialmente a cibernética, nosso olhar recai sobre as matrizes cognitivas desse novo ideal de saber, baseado num sujeito que é pura exterioridade e que se deseja esvaziado de qualquer motivação política. No cômputo geral, nosso programa de trabalho se põe a pensar os impactos dessas questões no âmbito do campo da comunicação, em especial, na constituição de sua alteridade epistemológica. A nosso ver, tais questões se justificam porque nos ajudam a compreender a passagem histórica que estamos imersos, em que os saberes recentes migram de um ideal de valor para um ideal de eficiência (Carneiro Leão, 2002) e, com isso, parecem incrementar a dissociação entre produção, avaliação e crenças que orientam o conhecimento na contemporaneidade. Pensar essa dissociação nos parece

inevitável dado que o problema não remete apenas à autonomia dos campos em geral, mas, em especial, ao campo da comunicação, marcado por um tipo de produção teórica cada vez mais desvinculado do vigor emancipatório do tempo da existência.

Referências

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História:* Princípios e conceitos. Vol. I. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BATESON, G. *Vers une è cologie de l'esprit.* Paris: Seuil, 1977.

BAUDRILLARD, J. Simulacros e Simulações. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*, v. 1. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico.* In ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*: sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

_____. *Os usos sociais da ciência.* Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

_____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004b.

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. *Aprendendo a pensar*. Vol. I. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DILTHEY, Wilhelm. Textos selecionados. Filosofia e educação. São Paulo: EdUSP, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O que é o iluminismo. In ESCOBAR, Carlos Henrique (Org.). *Dossier* − últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Taurus Editora, p. 103-112, 1984.

HAN, Byung-Chul. *A Sociedade da Transparência*. Lisboa: Relógio d'Agua Editores, 2014.

_____. *Agonia de Eros*. Lisboa: Relógio d'Agua Editores, 2014.

HOMANS, George. *Behaviorismo e pós-behaviorismo*. In: GIDDENS, A; TURNER, J. *Teoria social hoje*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Unesp, 1999.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é "esclarecimento"? (*Aufklärung*). In *Textos seletos*. Ed. bilíngue. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LAFONTAINE, Céline. O império cibernético: das máquinas de pensar ao pensamento máquina. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

MACHLUP, Fritz. Knowledge: *Its Creation, Distribution and Economic Significance*, Volume I. Series: Princeton Legacy Library. New Jersey: Princeton, University Press, 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O princípio da razão durante. O conceito de comunicação e a epistemologia metafórica.* São Paulo: Paulus, 2010.

RENAUT, Alain. Nascimentos da Modernidade: História da Filosofia Política 2. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SCHLEIERMACHER, *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação.* Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014,

TAYLOR, Charles. As fontes do self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

VIRILIO, P. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

WATSON, J. *Behaviorism*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1925.

WEAVER, W. A teoria matemática da Comunicação. In COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

WIENER, Norbert (1968). *Cybernetics and Society*: *The Human Use of Human Beings.* São Paulo: Cultrix.